

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 098

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE AGOSTO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|-------------------------------|------------------------------|
| <i>Líder do Governo</i> | <i>Valdir Rossoni</i> |
| <i>Líder Oposição</i> | <i>Irineu Colombo</i> |
| <i>PTB</i> | <i>Ademar Traiano</i> |
| <i>PFL</i> | <i>Plauto Miró Guimarães</i> |
| <i>PMDB</i> | <i>Nereu Moura</i> |
| <i>PPB</i> | <i>Tony Garcia</i> |
| <i>PT</i> | <i>Hermes Fonseca</i> |
| <i>PDT</i> | <i>Edgar Bueno</i> |
| <i>PSDB</i> | <i>Sérgio Spada</i> |
| <i>PL</i> | <i>Pastor Edson Praczyk</i> |
| <i>PSL</i> | <i>Edno Guimarães</i> |
| <i>PST</i> | <i>Divanir Braz Palma</i> |

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 09: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 06: Albanor Gomes (licenciado) - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli (licenciado) - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado); PSB - 01: Ricardo Maia; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC 01: Miltinho Puppio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 070ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
08 DE AGOSTO DE 2000**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Basílio Zanusso e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se em licença o senhor deputado Fernando Ribas Carli (01)

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o nº 2710/2000 do senhor Reinhold Stephanes - diretor presidente do Banestado, encaminhando prestação de contas, relativo aos exercícios financeiros de 1998 e 1999. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2806/2000 do senhor Nestor Celso Imthon Bueno - chefe de gabinete da presidência do Banestado, encaminhando prestação de contas da Empresa Banestado S.A. - Reflorestamento, relativo ao exercício financeiro de 1999. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2712/2000 do senhor Nestor Celso Imthon Bueno - chefe de gabinete da presidência do Banestado, encaminhando prestação de contas da Empresa Banestado Administradora de Cartões de Crédito Ltda., relativo ao exercício financeiro de 1999. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2764/2000 do senhor Nestor Celso Imthon Bueno - chefe de gabinete da presidência do Banestado, encaminhando prestação de contas da Empresa Banestado S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, relativo ao exercício financeiro de 1999. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2776/2000 do senhor Nestor Celso Imthon Bueno - chefe de gabinete da presidência do Banestado, encaminhando prestação de contas da Empresa Banestado S.A. - Participações, Administração e Serviços, relativo ao exercício financeiro de 1998 e 1999. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2804/2000 do senhor Nestor Celso Imthon Bueno - chefe de gabinete da presidência do Banestado, encaminhando prestação de contas da Empresa Banestado Clube S/C, relativo ao exercício financeiro de 1999. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2778/2000 do senhor Nestor Celso Imthon Bueno - chefe de gabinete da presidência do Banestado, encaminhando prestação de contas da Empresa Banestado Corretora de Mercadorias Ltda, relativo ao exercício financeiro de 1999. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 669/2000 do senhor Antonio Leonel Poloni - secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, encaminhando cópia das informações requeridas pelo deputado José Maria Ferreira, que pede esclarecimentos sobre "Mudas de Café e Toneladas de Calcário foram destinadas a municípios nos anos de 1997, 1998 e 1999". **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1462

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 115/2000 de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que altera a redação do Art. 5º da Lei nº 11.078 de 19 de março de 1995.

Sala das Sessões, em 08.08.2000.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 1459

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, retirada por 10 sessões do projeto de Lei nº 471/99, item 12, em 1ª discussão, de autoria do deputado Caíto Quintana, constante da ordem do dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 08.08.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1448

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, que as contas relativas ao exercício-financeiro de 1999, do Paranacidade, sejam enviadas a Comissão de Finanças, para que a mesma se manifeste sobre as atividades financeiras desta entidade, conforme prevê o Artigo 33 § 3º do Regimento Interno, além de receber parecer técnico prévio do Tribunal de Contas do Estado em conformidade com os Artigos 74 e 75 da Constituição Estadual.

Nestes termos pede deferimento, conforme os Artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.08.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 1449

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário o registro na ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de congratulações, ao Colégio da Polícia Militar do Paraná, alusivos aos 41 anos da sua fundação, comemorado no dia 07 de agosto.

Requer ainda, que se dê ciência ao senhor Capitão Sérgio Renor Vendrametto diretor do Colégio da Polícia Militar, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Almirante Gonçalves, 1423 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 08.08.2000.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1450

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário o registro na ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de congratulações, a Igreja Universal

do Reino de Deus, IURD, alusivos aos 24 anos de sua fundação, comemorado no dia 23 de julho.

Requer ainda, que se dê ciência ao Bispo Djalma Bezerra de Araújo dirigente estadual da IURD, através de correspondência a ser encaminhada a Avenida 7 de Setembro, 3341, CEP 80230-090, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 08.08.2000.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1451

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o duto Plenário, REQUER, envio de votos de congratulação, à Equipe de Basquete Feminino de Ibiporã pela conquista do campeonato da fase regional dos Jogos da Juventude do Paraná.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao professor Marival Junior, preparador da equipe, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Padre Vitoriano Valente, 540, CEP 86200-000, Ibiporã, Paraná.

Sala das Sessões, em 08.08.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1453

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o duto Plenário, REQUER, envio de votos de congratulações, à Cia. de Ballet da Fundação Cultural de Ibiporã pela conquista, no início do mês de julho, do 2º lugar na categoria profissional do Festival de Dança de Santos, no Estado de São Paulo.

Requer ainda que do presente seja dado ciência ao diretor presidente da Cia., senhor Sérgio Hillesheim, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Pe. Vitoriano Valente, 540, CEP 86200-000, Ibiporã, Paraná.

Sala das Sessões, em 08.08.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1455

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de voto de congratulações, ao senhor Marcos Domakoski, pela assunção do cargo de presidente da Associação comercial do Paraná e aos demais membros da Diretoria, do Conselho Superior, e Deliberativo, eleitos para a gestão 2000/2002, em sessão realizada no dia de ontem 07 de agosto do corrente na sede da instituição.

Neste termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente aos homenagea-

dos, na Rua XV de Novembro, 621, CEP 80020-925, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 08.08.2000.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 1456

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações, ao doutor Jair Ramos Braga, pela indicação como novo desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.08.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O doutor Jair Ramos Braga, com 67 anos de idade, juiz do Tribunal de Alçada, natural de Mafra (SC) é o novo desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná.

Ele foi escolhido na semana passada, em reunião do Tribunal Pleno, por critério de merecimento. O juiz já havia figurado em duas listas anteriormente de juízes candidatos à promoção e vai ocupar a vaga aberta com a aposentadoria do desembargador Claudio Nunes do Nascimento.

Jair Ramos Braga é filho de João e Solena Ramos Braga. Casado com Jacy Feltrin, é pai de três filhos. Fez o Curso de Direito na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Cursos também a Escola de Cadetes da Polícia Militar do Estado, chegando ao posto de capitão.

Foi delegado de Polícia na Lapa, em Ribeirão Claro, Santa Mariana, Bandeirantes e Itambaracá. Agradado pelo governo do Estado com a Medalha de Ouro do Mérito Escolar e a Medalha Militar de Bronze, ingressou na magistratura, como juiz substituto em 1966. Tornou-se juiz de direito um ano depois. exerceu os cargos de juiz auxiliar da Corregedoria da Justiça por sete anos e de juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça por três, além de presidir o Tribunal de Alçada no biênio 1997/1998.

Pela merecida indicação, receba o doutor Jair Braga Ramos (Tribunal de Justiça do Paraná, Centro Cívico, Curitiba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1457

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações, ao Museu Botânico Municipal, pela comemoração de seus 35 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 08.08.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Museu Botânico Municipal de Curitiba, comemorou 35 anos de sua fundação.

Localizado dentro do Jardim Botânico em Curitiba, o Museu é referência nacional em Botânica, o museu foi fundado em 1965 a partir do acervo pessoal doado pelo botânico Gerdt Hatschbach.

Além das plantas, o museu possui também fotos sobre o trabalho de campo dos pesquisadores e pertences do fundador do museu, como um facão de coleta da década de 40 e livros raros sobre botânica. Também estão expostos ali árvores e plantas em extinção, como cactus, orquídeas, bromélias, etc.

Pela comemoração de seus 35 anos de fundação, receba o Museu Botânico Municipal (Rua Ostoj Roguski, s/nº, Bairro Jardim Botânico, CEP 80210-390, Curitiba) através de seu fundador e diretor, doutor Gerdt Hatschbach, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1460

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos anais desta Casa de Leis, um voto de congratulações à nova diretoria da Associação Comercial do Paraná, eleita para a Gestão 2000/2002, que nesse biênio terá a frente de seus trabalhos, a presidência do doutor Marcos Domakoski. à nova diretoria nossos sinceros cumprimentos pela eleição, augurando-lhes votos de muitas realizações junto a esta importante Associação Comercial do Paraná. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os cumprimentos.

Sala da Sessões, em 08.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1467

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos à Federação das Empresas de Transporte de Carga do Estado do Paraná, pela feliz iniciativa da realização do Curso "Seqüencial de Administração e Gerência de Transportes", cuja primeira turma tem sua formatura programada para o dia 18 do corrente.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao senhor Valmor Weiss, presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná, para que receba e transmita a todos os companheiros de diretoria, especialmente a todos os formandos.

Sala das Sessões, em 08.08.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Está de parabéns a Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná (FETRANSPAR), pela iniciativa da realização do Curso inédito no País, em parceria com Faculdade Católica de

Administração e economia - F.A.E., Sequencial de Administração e Gerência de Transportes, cuja 1ª turma tem programada sua formatura para o próximo dia 18.

Será para nós, um dia de gala, bem como para os formandos, este dia em que festejamos a formatura.

A carreira que escolheram é, sem dúvida, trabalhosa, mas quão sublime e heróico não será o prazer de pertencer a 1ª turma de formandos de um curso inédito no País?

Preparar cidadão para o futuro, iluminar espíritos imersos em trevas, semear nas consciências o amor à virtude e ao bem, não será isto tudo um programa de apostolado dos mais elevados a que alguém possa se entregar?

É, pois como uma demonstração desse nosso sentir que apresentamos a todos aqueles que lutaram pelo curso até a formação da 1ª turma, os nossos aplausos, como uma afirmação de apreço pela grande obra que levaram a cabo.

REQUERIMENTO Nº 1447

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, proposição junto a Polícia Militar do Estado do Paraná para que seja criada e instalada uma Companhia da Polícia Militar para atender os municípios de Mandirituba, Quitandinha, Agudos do Sul e Piên, visto a precária situação de segurança pública e falta de policiamento pela qual atravessam estes municípios.

A criação de uma Companhia da Polícia Militar para atender os municípios supracitados, é uma prioridade para o bem estar social destas localidades que, atualmente, registram altos índices de criminalidade, conforme verificamos pelas reiteradas notícias veiculadas pela imprensa paranaense, sendo esta medida capaz de colaborar efetivamente para uma real prestação de segurança pública.

Sala das Sessões, em 08.08.2000.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1461

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telepar Brasil Telecom - Brasil Telecom S.A., no sentido de atender o pedido da senhora Marilene Marques Gouveia, residente na Rua Porto União nºs 6 e 17 - Conjunto Ribeirão - Bairro Itatiaia - CIC, que pede a agilização e previsão de instalação de um terminal telefônico referente a inscrição nº 052940-528-81 feita em 23.04.98. A senhora Marilene tem um filho deficiente físico e necessita muito de um telefone em sua residência. Afirma-nos ela que vizinhos seus e residentes na mesma rua que fizeram inscrição após a sua, já se encontram com os telefones instalados, como por exemplo o de nº 239-1550. Sua filha, Junia Marques Gouveia, portadora do CPF

81888341904, também fez inscrição em 14.09.98, para o mesmo endereço, porém não atendido. Pede urgência no atendimento de uma destas inscrições, face a necessidade do telefone. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 245-8171 (recados com Rosa).

Sala das Sessões, em 08.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1463

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao delegado da Receita Federal/Paraná, Francisco Harts, solicitando agilização no processo de implantação da Estação Aduaneira do Interior (EADI), à ser instalada no município de Ponta Grossa.

Interiorizar os serviços aduaneiros é uma das finalidades da Estação Aduaneira do Interior. A estação irá fomentar a atividade de comércio exterior tanto na importação, quanto na exportação. O antigo armazém do Instituto Brasileiro do Café (IBC) foi apontado como ideal para abrigar a estação aduaneira.

Após a realização de várias reuniões, nas quais o assunto era a implantação do porto seco, e o repasse de dados sobre as EADI's de cidades paranaenses, serão amplamente analisados por uma comissão os dados técnicos referentes ao município. Em seguida com uma parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), será realizado um levantamento junto a empresas da cidade e região que importam e exportam, mostrando assim a viabilidade do porto.

A instalação da referida estação aduaneira depende da aprovação da Receita Federal.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ao diretor presidente da Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa, senhor Douglas Taques Fonseca, na Rua Comendador Miró, 860 - Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1464

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado da Ciência, Ensino Superior e Tecnologia, Ramiro Wahrhaftig, solicitando a intercessão junto a Universidade Estadual de Ponta Grossa, no sentido da Universidade implantar um programa de aproveitamento do quadro de professores seniores, como já acontece na Universidade Federal do Paraná e em outras instituições do País e do exterior.

A intenção dos professores é o retorno à Universidade, seja em atividade de ensino, pesquisa ou extensão, e não necessariamente a sala de aula, buscando na

instituição o contato, a permanência e a troca de experiências.

Requer ainda, que a decisão desta Casa de Leis, seja dada ciência à Ewaldo Podolan, presidente da Associação dos Professores Aposentados da UEPG, na Praça Santos Andrade, s/nº (UEPG) - Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 08.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1466

Senhor Presidente.

O deputado estadual que subscreve o presente requerimento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo senhor ministro do Desenvolvimento Agrário, para que tome a iniciativa no sentido de ser prorrogado por mais um ano, quando expirar o prazo de que trata o artigo 1º da Lei Federal nº 9871 (estabelece prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteira, e dá outras providências), pela justificativa adiante descrita.

Sala das Sessões, em 08.08.2000.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

É sabido que grande parte dos detentores de título de alienação ou concessão de terras feita na faixa de fronteira, existente no Paraná, e certamente assim o é em toda extensão do cinturão fronteiriço do território brasileiro, ainda não requereram a ratificação de seus títulos junto ao Incra, como determina a Lei Federal nº 4947, de 06 de abril de 1966, e a Lei Federal nº 9871, de 23 de novembro de 1999.

A causa principal do baixo volume de entrada de requerimentos de ratificações junto ao Incra, está na falta de uma divulgação mais ostensiva da legislação determinante e o chamamento dos detentores, através de campanhas pelo rádio, televisão e jornais, para regularizarem a situação de seus títulos.

Caso não for dilatado o prazo da legislação referida, poderá ocorrer, por falta de conhecimento, muito transtorno e revolta por parte dos detentores dos títulos e das comunidades das áreas envolvidas, com a possibilidade de gerar uma situação de conseqüências imprevisíveis, que poderá culminar num conflito social.

REQUERIMENTO Nº 1452

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Giovani Gionédís, secretário de Estado da Fazenda, solicitando:

- cópia do termo que culminou no empréstimo de R\$5.197.000.000,00 (cinco bilhões e cento e noventa e sete milhões de reais) para saneamento do Banestado;

- informações sobre a existência de outros empréstimos para este mesmo fim e, se existirem, solicitar cópias dos termos e dos protocolos de intenção;

- informação sobre a operacionalização administrativa da entrada destes recursos representados pelos títulos públicos e as datas em que os mesmos foram internados no Tesouro do Estado, ou se foram direcionados à tesouraria do Banestado, também informando data e valores;

- informações quanto aos critérios de prazo, taxa de depuração de valores, se existirem, dos créditos de difícil liquidação junto à carteira de fomento do Banestado;

- informações sobre a situação da carteira de fomento do Banestado e se estes controles estão nas respectivas agências ou se estão sendo administrados por outro órgão ou instituição.

Sala das Sessões, em 08.08.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Por acreditar ser dever desta Casa acompanhar as operações de saneamento do Banco do Estado do Paraná, senhor presidente, senhores deputados, peço a aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1458

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM, envio de pedido de informações ao secretário de Estado da Fazenda, senhor Giovani Gionédís, solicitando que forneça cópia da documentação referente aos contratos de empréstimos contraídos junto ao Banco Central do Brasil para o saneamento do Banco do Estado do Paraná - Banestado.

1 - Consideramos ser necessário que a Assembléia Legislativa tome conhecimento das informações solicitadas, em razão, da importância dos fatos, tendo que o Banestado é sem dúvida um dos mais importantes patrimônios do Paraná.

2 - Consideramos ainda que os documentos solicitados venham esclarecer assuntos como os veiculados pela imprensa paranaense, que trazem informações, de que o Banestado terá que pagar multa de alto valor gerado em função do atraso em sua privatização.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.08.2000.

(aa) ADEMIR BIER, ANTONIO ANNIBELLI, EDSON STRAPASSON, CAÍTO QUINTANA, IRINEU COLOMBO e NEREU MOURA.

REQUERIMENTO Nº 1468

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Casa, o artigo “Voto não tem preço”, de autoria do Reverendíssimo Padre Ademir da Guia, publicado como editorial do Jornal Dinâmico de Telêmaco Borba.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Reverendíssimo Padre Ademir da Guia, bem como ao diretor do mencionado Jornal, senhor José Carlos Quarentei Mercer.

Sala das Sessões, em 08.08.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Reverendíssimo Padre Ademir da Guia, em seu artigo publicado no Jornal Dinâmico de Telêmaco Borba, definiu muito bem as consequências da Lei nº 9840/99, sobre a campanha eleitoral.

Disse muito bem o Padre Ademir da Guia, ao finalizar o seu artigo: “vós sois o sal da terra e a luz do mundo”. A luz do bem e da justiça, também devem se manifestar no mundo da política, e nós cristãos devemos colaborar para que isto aconteça.

A igreja católica, à qual pertencemos com muita honra, tem se manifestado freqüentemente sobre o assunto em pauta.

Estamos no mês de agosto.

O mês de agosto lembra-nos festa litúrgica do Senhor Bom Jesus, o filho de Deus que concretizou, junto a nós, a bondade de Deus.

Um dos atributos divino é a bondade, a misericórdia, o amor, já que Deus é amor. E essa bondade de Deus enraizou-se na piedade popular, entre nós, e por nós. Jesus morreu na cruz para nos reaver a vida eterna, perdida pelo pecado de Adão.

O homem possui inato o sentimento religioso.

Ante as forças imensas da natureza, ante os mistérios insondáveis da criação, seu espírito se curva reverente e submisso à procura de uma orientação segura para as campanhas eleitorais, onde o cidadão é chamado para exercer o seu direito de voto e de cidadania.

Por esta razão, entendemos justa a transcrição nos Anais da Casa, para legar aos pósteros este exemplo com o artigo “Voto não tem preço”, do padre Ademir da Guia, entendendo inclusive ser indeclinável dever para que sirva de exemplo e estímulo.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 251/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a dispor normas e implementar estruturas físicas destinadas a efetivação de atividade laboral por parte dos internos do sistema penal estadual.

Parágrafo Único - Para determinação da atividade pelos apenados, serão considerados:

- I - nível de instrução;
- II - formação profissional;
- III - aptidões.

Art. 2º - Os órgãos da administração direta ou indireta do estado adquirirão, com dispensa de concorrência pública, os bens ou produtos do trabalho prisional, na forma da Lei Federal nº 7210/84.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder redução de ICMS às empresas privadas que, através de convênios com o Estado, passem a fabricar, reparar ou prover a manutenção de bens do trabalho prisional, seja no interior do presídio ou em trabalho externo.

Art. 4º - O trabalho do preso será remunerado.

§ 1º - a remuneração líquida jamais poderá ser inferior a 1 (um) salário mínimo por mês de trabalho;

§ 2º - a carga horária e as condições de trabalho serão definidas na regulamentação da presente lei.

Art. 5º - O trabalho do preso será certificado com um contracheque mensal onde constará:

- I - salário bruto recebido;
- II - salário líquido;
- III - quantia depositada em caderneta;
- IV - dias trabalhados;
- V - dias de remissão.

Parágrafo Único - Uma cópia do contracheque será enviado à Vara de Execuções Penais.

Art. 6º - As empresas privadas que empregarem egressos do sistema penitenciário terão assegurados, na forma da lei, os direitos de pontuação previstos no artigo 3º desta lei.

Parágrafo Único - Para fazer jus a estes direitos, o número de egressos deverá ser, no mínimo, correspondente a 5% do total de trabalhadores da empresa.

Art. 7º - Para garantir o direito constitucional à assistência familiar, fica o Poder Executivo a dispor parcela de arrecadação obtida com o trabalho prisional para o traslado do egresso se seu estado de origem, ou àquele em que se encontrar sua família, bem como, durante o cumprimento da pena, o traslado para o instituto prisional de melhor acesso à sua família; ainda que fora do âmbito do Estado do Paraná.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.2000.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A sociedade brasileira e paranaense tem sido abalada constantemente com notícias de motins em presídios e cadeias públicas, deixando assustada toda a população brasileira. Tais conflitos são gerados por excesso de população carcerária, pela ociosidade dentro dos presídios, motivando o preso passar o tempo sendo reeducando nas novas técnicas criminais.

Por todas essas razões, o projeto dará instrumentos ao Poder Executivo para que inclua a massa carcerária junto aos trabalhadores deste estado e do nosso País. São instrumentos de ressocilaização, do preso, que está à margem da sociedade, evitando seu retorno ao mundo do crime.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 252/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao senhor Jonel Chede, pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.08.2000.

(a) BERALDIN

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O senhor 1º secretário faz a leitura do Expediente.
Com a palavra o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente e senhores deputados.

Comemoramos nestes dias - porque foi em junho - dez anos da publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Para fazer uma pequena lembrança do que é o Estatuto, o que ele significa e também daquilo que esta Assembléia faz uma homenagem, quando vários senhores deputados propõem projetos no sentido de ajudar as crianças, adolescentes, às políticas públicas estaduais e municipais. Destaco, entre eles, alguns projetos que estão na pauta e que foram extraídos há muito tempo, com debates entre deputados, quando tínhamos ainda, a CPI da Prostituição Infantil aqui no Estado do Paraná, que era uma CPI que mais fez um diagnóstico da exploração, da situação da exploração da infância na questão da sexualidade, e os projetos estão aí, sendo colocados em pauta.

Mas, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual comemoramos dez anos, veio de uma pressão da sociedade organizada, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que colocou o artigo 227 na Con-

stituição Federal, onde a criança teria prioridade absoluta. A criança teria um tratamento diferenciado pelas políticas públicas. E revogamos, deputado Luiz Carlos Zuk, o antigo Código de Menores de 1943 e outro em 1961.

O Código de Menores, quando uma criança pobre estava na rua, classificava esta criança como em situação irregular. Quando o adolescente está furtando alguma coisa, também estava em situação irregular. E colocava tanto o pobre como o infrator na mesma condição jurídica. O Estatuto da Criança e do Adolescente continua fortemente penalizando o adolescente infrator, na perspectiva da sua recuperação, continua, apesar de muita gente dizer o contrário - por exemplo, já vi gente dizer que a polícia não pode prender adolescente. A polícia pode e deve prender adolescente, só que tem uns trâmites mais apurados, com um pouco mais de jeito, tem que serem comunicados aos pais, o juiz, o Conselho Tutelar. E, às vezes, para não tomar estes cuidados burocráticos, preferem dizer que a lei não permite sua prisão. Na verdade, pode. Não é prisão, mas pode detê-lo até a superação da justiça competente.

Por outro lado, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que a nível municipal, deveremos ter políticas públicas para crianças, políticas de lazer, educação, saúde, tem que ter uma casa-abrigo para crianças com problemas de ajuste familiar, ter um conselho tutelar que tem que ter estrutura para ajudar. E é muito apropriado que discutamos as políticas públicas municipais na comemoração dos 10 anos com uma eleição municipal. Tanto é que fiz nesta eleição, uma cartilha dizendo "Bons Conselhos Municipais". E estou distribuindo, na medida do possível, a alguns candidatos a vereador de nossa base e também dos Partidos coligados, no sentido da orientação da importância que o vereador pode ter de compreender que existem mecanismos municipais para ajudar estas crianças e adolescentes.

A Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos, está criando um comitê nacional para ajudar os prefeitos a proporem políticas públicas para as crianças. Inclusive com premiações, estão criando comitês em São Paulo, comitê de campanha onde esses comitês de campanha farão campanhas para quatro ou cinco prefeitos, desde que o prefeito coloque propostas para atender as crianças e adolescentes.

Então, o movimento em prol da criança e adolescente, o movimento da aplicação do estatuto é muito grande no Brasil, porque não basta, não basta termos uma lei, precisamos que esta lei seja aplicada. O estatuto não é uma lei positiva, ela é um conjunto de regramento - por isso chama estatuto - medidas de políticas públicas que às vezes os nossos prefeitos, os nossos governantes deixam de lado, continuam com a velha percepção...

(Término do tempo)

Senhor presidente, para encerrar.

Em seguida farei a distribuição desta cartilha, desta informação no sentido de valorizar as políticas públicas que atendem a criança e o adolescente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente precisa ser colocado em prática. É uma lei boa, avançada e pune com rigor os adolescentes infratores.

Existe uma sugestão que vem do Rio Grande do Sul, de quatro ou cinco municípios pequenos fazerem consórcios e terem uma casa onde adolescentes que, por exemplo, duas ou três vezes já roubou, fugiu de casa ou já com tentativa de homicídios, seja colocado naquela casa com pessoas preparadas para lhe dar atenção, carinho, para tentar recuperá-lo e ao mesmo tempo afastá-lo da sociedade momentaneamente, porque traz problema para a sociedade, mas muita gente não quer fazer este tipo de aplicação de verba pública e aí fica esta confusão que fica preso por uns dias, solta, não pode ficar na cadeia, aquela confusão. Por quê? Porque não dá voto, exatamente.

E o Estatuto é muito claro: não pode ter uma casa de internação de adolescente infrator com mais de 80 adolescentes, porque o Estatuto quer acabar com a Febem. A Febem está provado que não dá certo. Quer acabar com a Febem, o Estatuto reza isso, mas só que os nossos governantes, infelizmente muitos governantes não colocam isso em prática.

Por fim, pedir o apoio aos senhores deputados aos projetos de lei que tenha na Ordem do Dia de hoje. Primeiro o que institui um programa de combate a violência nas escolas. Um outro projeto que dispõe sobre publicação de classificados nos periódicos com algumas advertências com relação a exploração sexual infantil.

O Deputado Rossoni já me comunicou que estará fazendo algumas emendas diante da orientação do Ministério Público e da Secretaria da Criança e Adolescente - acataremos com tranquilidade, é uma emenda que vem somar neste sentido. Também um outro projeto que proíbe veiculação nos jornais de anúncios eróticos, de serviços sexuais, mas que não tenham identificação de quem está publicando. Quer dizer, não é proibir que não se pode divulgar, pode divulgar. Pode divulgar sauna, pode divulgar pessoas, mas tem que ter um responsável, tem que ter alguém que fique cadastrado lá no jornal para posterior investigação policial.

Não é publicar estas informações, deixar arquivado no jornal quem é que colocou a publicidade, porque se mais tarde venhamos a ter algum problema de polícia, a polícia tem onde buscar estas informações, como quem fez aquelas publicações. Isto ajuda e elimina praticamente anúncios de prostituição infantil. E ao mesmo tempo aqueles profissionais do sexo que porventura continuam com o trabalho que numa linha que muitos apóiam, poderão fazê-lo, mas com absoluta responsabilidade porque terão que se identificar junto ao jornal, deixar endereço, CGC e todas as informações que a polícia poderá buscar mais tarde.

Era isto, muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora e senhores deputados, dois assuntos nos trazem a usar da palavra nesta sessão deste dia. O primeiro deles é que a nossa Polícia Militar do Estado do Paraná comemora os seus 146 anos. Aniversário este que já iniciou as suas comemorações e se estenderá por toda esta semana. Diversos senhores parlamentares desta Casa enviaram ao comando daquela corporação um voto de congratulações pelo aniversário, não na pessoa do atual comandante, mas na instituição que é a Polícia Militar do nosso Estado.

Com referência ao comando, senhor presidente e senhores deputados, acreditamos que a notícia que tivemos não é verdadeira. Quando nessa Tribuna alertávamos aos senhores deputados e à imprensa do Paraná de que quando um familiar de um policial militar, fosse ele soldado, cabo, sargento, fosse ele enfim membro da corporação, esse familiar porventura qualquer um dos senhores deputados deste Poder para a sua transferência mais perto do seu domicílio, fosse a mãe, fosse a filha, fosse a irmã, fosse o pai, ou fosse alguém da família que solicitava ao deputado a possibilidade da transferência desse seu ente querido que veste a farda da Polícia Militar para ficar mais perto de Casa.

Nós que de perto conhecemos o motivo, e citamos um exemplo, um cidadão policial Rodoviário Estadual, lotado ali no destacamento das Furnas, na entrada de Ponta Grossa, ao lado da nossa Vila Velha, ele mora em Irati, ele tem que levantar às 03h00 da manhã, ir para a rodovia pegar uma carona, chegar até o trevo aqui de São Luis do Purunã, descer da carona que ele conseguiu, ficar na pista e pegar a segunda carona para chegar no seu horário de destino de trabalho que é Furnas na entrada de Ponta Grossa, aproximadamente às 8h00 ou 8h30 horas da manhã. Fica vinte e quatro horas sem tomar banho, sem dormir, na sua atuação do trabalho. Após essas vinte e quatro horas, que é a sua escala de serviço, ele retorna para Irati novamente a peregrinação de parar um carro, pegar a sua carona, vir a São Luis do Purunã, descer, pegar outra carona, e retornar a Irati que é a sua cidade, aonde mora a sua família, aonde moram os seus filhos. Esse é um exemplo. Poderia citar centenas, dezenas, milhares de exemplos, senhor presidente e senhores deputados, do que ocorre na instituição. No passado, antes do atual comando, esse Poder Legislativo, entendendo através de seus membros de que alguma coisa poderia ser feita com anuência, fosse numa permuta, ou fosse numa transferência a ser efetivada, pudesse o policial militar ter o seu trabalho mais perto do seu domicílio. Foi assim sempre senhor presidente. O entendimento entre esse Poder e o comando da Polícia Militar. Agora, no atual comando, parece-me que por vontade alheia a sua, porque nós fomos tirar informação junto com o deputado Ricardo Chab que vai convidar o atual comandante da Polícia Militar, coronel Guaracir, para vir a esta Casa, e mais precisamente na Comissão de Segurança, a explicar o porque daquele decreto que quando alguém solicita

através da família a transferência de um policial militar ele manda prender dois ou quatro dias, de acordo com a sua vontade. Quando já denunciemos nesse Plenário chegou ao nosso conhecimento de que o coronel Guaracir está assim agindo porque o governador determinou. Não acredito, pessoalmente tenho a certeza absoluta de que o governador do Estado nada tem a ver com esse decreto interno de que o governador não determinou isso e, sim, o atual comandante da Polícia Militar, podendo ter alguma desavença ou algum resquício do passado, nesta Casa, quando aqui passou o ilustre presidente Aníbal Khury, quando aqui ele veio, pretendendo ser o comandante e chefe da Polícia Militar e foi preterido naquela oportunidade, por um outro nome, quem sabe ele guarde algum resquício contra os senhores deputados e contra este Poder Legislativo do Estado.

Haveremos, senhor presidente, senhores deputados, de ouvir dele como é que alguém, a mãe pedindo, ele coloca o pedido indeferido, de acordo com a sua vontade, porque senão tiver transferência, ele pode indeferir, mas não penalizar um pedido de um familiar com cadeia, aquele que veste a farda da nossa gloriosa Polícia Militar do Estado.

Nos 146 anos, ilustre líder do Governo, que estamos comemorando da nossa Polícia, que às vezes pode cometer alguns atos que desaprovamos, mas respeitamos a instituição e sabemos que a Polícia Militar do Paraná é uma instituição que dá orgulho a este Estado, sendo a primeira desta Nação.

Teremos a oportunidade, senhor líder do Governo, de saber com a aquiescência da sua Bancada, para trazermos através de um requerimento, a presença deste comandante, para sabermos se realmente ele pode usar o nome do governador, como subterfúgio de uma coisa pessoal sua ou de algum rancor contra os senhores deputados.

Não há interferência política nenhuma. Estivemos em contato com o comando, com a sua assessoria e dele ouvimos de que neste comando não tem interferência política. E eu respondia que nunca houve interferência política na Polícia Militar do Estado do Paraná, houve isso, sim, um entendimento quando a permuta, quando a transferência de algum membro desta corporação poderia ser efetivada.

Por isso, senhor presidente, temos a certeza absoluta de que a verdade com a presença do senhor comandante, aqui, teremos conhecimento.

O segundo assunto, senhor presidente, senhores deputados, é com referência a Capital Mundial da Soja, que é Ponta Grossa. Na passagem, como secretário de Indústria e Comércio do atual presidente Nelson Justus, ele muito ajudou a nossa cidade levando benefícios, estímulos fiscais, assentamentos de capitais e, principalmente, oferecimento de empregos.

Hoje, senhor presidente, senhores deputados, em conversa com os deputados Plauto Miró Guimarães e Péricles H. de Mello estamos na eminência, por causa de

uma lei federal, chamada Lei Kandir, onde dá incentivo, para que o produto “in natura”, que é o grão de soja tenha isenção tributária da exportação, a sua moagem na Capital Mundial da Soja da América do Sul, que era Ponta Grossa esteja gradativamente sendo desativada.

A primeira empresa foi a Cargil, dando férias coletivas aos seus empregados e, agora, no retorno o gerente não sabe se irá continuar o trabalho da moagem e, principalmente, da industrialização do óleo de soja. Atrás da Cargil vem a Coimbra, que também está acenando, não tem rendimento, não tem lucro na moagem da soja. Atrás da Cargil e da Coimbra vem somar-se a Cevol.

E somando as três, senhor presidente, senhores deputados, representa não só ao governo do Estado um baque no ICMS e nem tão somente menos dinheiro para o município de Ponta Grossa, mas, principalmente, mais de três mil famílias ficarão sem emprego.

E nós, nesta Casa, senhor presidente, temos a certeza que envolvendo a sua pessoa, o líder do Governo, trazendo isso, como estamos fazendo, ao conhecimento do nosso Secretário da Indústria e Comércio e levaremos até o governador do Estado, para que ele possa através da bancada federal de sustentação que possui o governo do Estado, mais ainda, a nossa representação no Senado, para tratarmos, com cuidado, disso que está se iniciando em Ponta Grossa e poderá estender-se em todo solo paranístico. Porque exportar grão dá muito mais lucro que moer o grão e transformar em óleo de soja.

Trago este alerta, senhor presidente, senhores deputados, para que no dia de amanhã, a imprensa aqui credenciada, não diga que nós fomos omissos naquilo que será um desastre para todo o Estado do Paraná e principalmente para nossa economia, para a economia dos municípios que já anda capenga, no nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Ontem nós abordamos a questão Banestado Leasing, e falamos sobre a monetização dos títulos, tidos como de difícil liquidação, por parte do Banestado, junto ao Tesouro do Estado do Paraná.

E hoje, pela imprensa, o ilustríssimo Secretário, Giovanni Gionédís, disse que este deputado não conhece as informações, que este deputado não sabe o que está dizendo. Eu acharia bom que o digno secretário prestasse os esclarecimentos a esta Assembléia, quando os requerimentos fossem apresentados e que a bancada do Governo, a bancada de sustentação aprovasse tais requerimentos, para que não só este deputado tivesse as informações e o conhecimento necessário das contas do Estado do Paraná, especialmente da grave corrupção

havia no Banestado e no Banestado leasing. Sobretudo quando viesse também a esta Casa trouxesse, por conseguinte, informações não daqueles que ele trouxe naquela vez e declinou daquela tribuna, que não diziam a verdade. Burilou a balança porque no primeiro balancete, do primeiro semestre, o Estado apresentou um déficit de um bilhão e oitocentos, para se encerrar com déficit de trezentos e vinte e três milhões.

Na época já dizia a oposição que a dívida do Estado do Paraná já ascendia a mais de 12 bilhões e ele, reticentemente, vinha com 7 bilhões, explicando, inclusive com alquimia, tentando mostrar a esta Casa e a sociedade paranaense que a realidade do Estado não era aquela que pregava a oposição.

Portanto, senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada, nós estamos elaborando e vamos solicitar o apoio da bancada de sustentação do governo, para aprovação de um requerimento, envasado nos seguintes termos: (Lê).

“SUMULA: REQUER envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda solicitando informações e cópias dos termos que envolvem as operações de saneamento do Banestado.

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Giovanni Gionédís, secretário de Estado da Fazenda, solicitando:

- Cópia do termo que culminou no empréstimo de R\$5.197.000.000,00 (cinco bilhões e cento e noventa e sete milhões de reais) para saneamento do Banestado;

- Informações sobre a existência de outros empréstimos para este mesmo fim e, se existirem, solicitar cópias dos termos e dos protocolos de intenção;

- Informação sobre a operacionalização administrativa da entrada destes recursos representados pelos títulos públicos e as datas em que os mesmos foram internados no tesouro do Estado, ou se foram direcionados à tesouraria do Banestado, também informando data e valores;

- Informações quanto aos critérios de prazo, taxa de depuração de valores, se existirem, dos créditos de difícil liquidação junto à carteira de fomento do Banestado;

- Informações sobre a situação da carteira de fomento do Banestado e se estes controles estão nas respectivas agências ou se estão sendo administrados por outro órgão ou instituição.

JUSTIFICATIVA:

Por acreditar ser dever desta Casa acompanhar as operações de saneamento do Banco do Estado do Paraná, senhor presidente, senhores deputados, peço a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 08.08.2000

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Com a aprovação desse requerimento senhores deputados, senhor presidente, qualquer um deputado entre nós terá condições de fazer acompanhamento acerca do caso Banestado, Banestado Leasing e, também, a qualquer outro que se diz interesse do Paraná.

Não estamos questionando o governo representado pelo senhor secretário da Fazenda, não é por simples prazer de fazê-lo, mas é que o Estado do Paraná tem um rombo de 400 milhões de reais e que não se explica. Precisa que se faça ação nessa direção e hoje o Ministério Público do Paraná está denunciando civilmente os envolvidos nesta questão.

Então é só nesse sentido que eu aguardo e espero a aprovação desse requerimento.

Com a palavra, um aparte para o deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado José Maria, Vossa Excelência ontem e hoje está abordando um assunto de grande repercussão, de profundo interesse ao povo do Paraná, com relação ao Banestado.

Vossa Excelência hoje traz aqui a apreciação deste Parlamento um Pedido de Informações absolutamente necessário, profundamente interessante. Porque nós precisamos ter conhecimento, precisamos saber o que acontece nesta caixa-preta.

- O que aconteceu?

- Quais os problemas?

- Qual a verdadeira situação do Banco do Estado do Paraná?

Por isso, quero parabenizar Vossa Excelência que é um profundo estudioso, deputado dedicado e que tem conhecimento da matéria e pedir ao Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo que apoie a proposição de Vossa Excelência para que orientando os deputados que apoiam o governo nesta Casa aprovelem este requerimento, para que nós possamos cumprir o nosso papel conhecendo pormenorizadamente a situação do Banestado.

Os jornais de ontem e de hoje, estampam matérias com letras garrafas, o escândalo do Banestado Leasing, 334 milhões o furo. Vossa Excelência falou ontem, isso dá quase duas vezes o escândalo do TRT de São Paulo e que já resultou na cassação de um senador, resultou em outros processos. Nós aqui estamos com um processo de um escândalo que é o dobro maior e não podemos fazer vistas grossas.

Então Vossa Excelência com a responsabilidade que tem se esforçado para aprofundar na matéria traz um requerimento que julgo profundamente necessário para que nós desta Casa, todos os deputados, sem querer ser da Situação ou da Oposição, tenhamos conhecimento detalhado da situação que vive hoje o nosso Banco e que está prestes a ser privatizado para infortúnio de todos nós.

Agora mesmo, com o problema das geadas e o deputado Colombo ressaltou isso, da importância do Banestado ser um Banco Público para ser o braço do gov-

erno no momento em que o governo necessite no apoio à agricultura, à indústria e por aí afora.

Por isso quero parabenizar Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Obrigado pelo aparte e isso só vem engrandecer o nosso pronunciamento e eu gostaria de fazer um comparativo. Criamos o Paranafoimento, um instrumento pelo qual o governo do estado pretende substituir a ausência do Banestado no fomento à agro-indústria do nosso Estado. Nós criamos com 100 milhões de reais. Não conheço os balanços, não conheço o relatório de atividades do Paranaíinvestimento que tem por finalidade sustentar a carteira de fomento em substituição ao Banestado, mas o que estamos falando, do desvio do Banestado Leasing, dão três Instituições dessa e ainda sobram recursos e nós não temos ainda informações se estas Instituições foram capitalizadas e quais estão sendo os investimentos feitos na agro-indústria do nosso Estado pelo setor de fomento da Paranaíinvestimento.

Vejam, estamos falando do futuro do nosso Estado. Se existe problema, se foi neste governo ou se foi em outros governos, a mim é indiferente como tenho certeza, a todos nós. Nós precisamos fazer apuração desses fatos para que tenhamos a oportunidade de oferecer ao Paraná a condição de um Poder Público que possa ser respeitado e que amanhã, não passe a figurar ou a só tomar medidas, só depois que a Globo venha a fazer o seu Jornal da noite. Aí fica um pouco tarde.

Obrigado senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra à senhora deputada Serafina Carrilho, do PL.

A SRA. SERAFINA CARRILHO

(Lê):

Senhor presidente - nobres senhores deputados.

Novamente - hoje - ocupo esta Tribuna para informar a todos os amigos deste Poder Legislativo - que ontem - o porteiro da minha residência recebeu uma ligação telefônica anônima.

Fazendo ameaças de morte a minha pessoa e aos meus familiares.

Quero avisar que já foram tomadas todas as providências necessárias com vista a segurança da minha família.

Agradeço o apoio e a presteza do presidente deste Poder Legislativo e de sua equipe de assessoramento jurídico, que prontamente acionaram, os profissionais da Polícia de Inteligência da CPI, bem como o senhor comandante Gilberto Khumer - de Maringá.

E já estão trabalhando no caso.

Isto aconteceu. após o pronunciamento que fiz nesta Tribuna ontem.

E quero dizer aos amigos deputados - que estou tranqüila - e não vou arredar o pé - dos trabalhos que venho desenvolvendo - continuarei a pedir às autoridades - em especial ao líder do Governo deputado Rossoni - que agilize a sindicância que solicitei para ser feita em Maringá.

Que se refere a alguns servidores da 15ª Regional de Saúde - quero ver responsabilizados todos os envolvidos - principalmente os que me caluniaram.

A minha vida eu dedico ao meu trabalho e a minha família que tanto prezo, e nada vai me afastar dos bons princípios que norteiam os meus passos.

Não me intimidarei - peço o apoio dos amigos deputados pois estou atuando na CPI do Narcotráfico e do crime organizado.

E lutando contra algumas pessoas que tentam denegrir a minha imagem no caso que citei ontem neste Plenário.

Deus ilumine a todos - e afaste os que querem fazer o mal- proteja-me nos meus passos- e faça com que a justiça prevaleça.

Obrigado senhor presidente.

Era só o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência tem acompanhado, de perto, a questão do caso da deputada Serafina e a Mesa Executiva ainda hoje cedo tomou as providências, comunicando o fato ao secretário Tavares, aos responsáveis da nossa segurança lá em Maringá para que a deputada e seus familiares tenham garantidas as suas vidas, as condições de trabalho.

Lamentamos, profundamente, que fatos como esse tenham ocorrido nesta Casa, não só com a deputada Serafina como com outros deputados e não debito isso ao final dos tempos de maneira nenhuma, realmente são momentos muito ruins e que mancham a nossa política. Principalmente em se tratando de uma deputada que ao contrário do que todos possam imaginar, não se trata de uma pessoa indefesa ou só sexo frágil como querem alguns. A senhora tem todo o nosso apoio. Ontem mesmo já tomamos conhecimento dessas ameaças e até onde nossos braços alcançaram, as medidas foram tomadas.

No Horário da Liderança das Oposições, concedo a palavra ao deputado Beraldin.

O SR. BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Nesse final de semana estive na Região Oeste do Estado. Até por lá estivemos com o deputado Duílio Genari e o deputado Litro: conversando com os prefeitos, com o presidente da AMOP e ele nos encaminhou, com o prefeito Joacir, prefeito de Anai e o prefeito de Lindoeste, nos encaminhou uma carta relatando as dificuldades que estão encontrando, visto as fortes geadas que teve e o grande prejuízo que teve a região Oeste do Estado.

Não vou ler a carta, mas, vale dizer, que as dificuldades da região Oeste por ser uma região eminentemente agrícola, perdeu muito, e que precisa - a região Oeste, uma intervenção do Poder Legislativo para que sirva de elo de ligação daquela região com o governo do Estado e, ao mesmo tempo, solicitar ao governo do Estado para que intervenha junto ao governo federal para amenizar as dificuldades de uma região eminentemente agrícola.

Por isso, senhor presidente, encaminho à Mesa as reivindicações da região e ocupo a tribuna para solicitar de cada deputado, seja da região Oeste ou não, para que não meçam esforços neste momento de dificuldades em que passa a agricultura do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas gostaria de esclarecer ao deputado Beraldin que, realmente sua preocupação é notória e os deputados da Comissão de Agricultura, do Bloco Agropecuário, já tiveram uma reunião com todo o staff da Secretaria de Agricultura e alguns até do Ministério da Agricultura aqui na Assembléia. E, hoje, quatro deputados deslocaram-se à Brasília para uma reunião com a Bancada federal na tarde de hoje, juntamente ao secretário Poloni e os resultados devem acontecer o mais rápido possível.

Espera-se, como bem disse Vossa Excelência, que haja uma resposta não só do governo federal, como também do governo estadual.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 240/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que declara a obrigatoriedade da instalação da disciplina de Educação da Trânsito no curriculum das escolas públicas e privadas de 1º grau do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E PARECER CONTRÁRIO DA C.E.C.E. EMENDA DE PLÊNARIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Apreciar neste turno emenda aprovada em 2ª Discussão. Emenda - **Aprovada.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 514/99, de autoria do deputado Tiago de Amorim Novaes, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., S.P. E C.D.H. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLÊNARIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Apreciar neste turno emenda aprovada em 2ª Discussão. Emenda - **Aprovada.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 024/99, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que estabelece normas de prevenção das doenças e critérios de defesa da saúde dos trabalhadores em relação às atividades que possam desencadear lesões por esforço repetitivos L.E.R. no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. C.S.P.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de nº 01, de autoria do senhor Valdir Rossoni, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNARIO, DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 024/99

A presente emenda, substitutiva, na redação original do Projeto de Lei 024/99, onde utilizada, a expressão “Lesões por Esforço Repetitivo - L.E.R.”, por “Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho - DORT”.

Sala das Sessões, em 08.08.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoioamento:

Ricardo Chab, Antonio Baratter, Ademar Traiano e Cesar Seleme.

JUSTIFICATIVA:

A terminologia proposta, é a utilizada pelo Ministério da Previdência Social e pelo Ministério da Saúde e é a mais apropriada por especificar que se trata de uma síndrome e não de uma única afecção.

O Projeto retorna à C.C.J.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que institui o programa interdisciplinar e de participação comunitária para prevenção e combate à violência nas escolas da rede Pública de ensino no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P.. COM EMENDA DA C.C.J. **Em votação.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, peço à bancada de sustentação ao governo que votemos contra o projeto de lei do deputado Irineu Colombo porque o objeto do projeto já faz

parte das ações da Secretaria de Educação e estas ações já estão regulamentadas com projetos de lei.

Portanto peço à bancada do governo que votemos contra este projeto.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, o projeto de lei que estamos tratando, disciplina o programa em que a comunidade participaria junto com o diretor de escola, associações ou entidades que agregam os estudantes, num programa de combate à violência, no sentido de uma proposta educativa, não no combate à violência só com um trabalho ostensivo policial. É um debate antigo, já, nesta Casa, que nós produzimos o texto da lei com vários debates. Seria interessante, deputado Valdir Rossoni, que nós fôssemos instituir na lei. Até para a Assembléia Legislativa se valorizar no cenário estadual como Assembléia que produz, através de seus debates, mecanismos legais de orientação geral, mecanismos legais em que a diretora da escola pode-se valer de uma lei para instituir os programas de combate à violência, que não é o caso do que está acontecendo agora, que é uma diretriz da Secretaria de Educação. É contrário. É uma lei em que a diretora pode acionar a lei sem pedir permissão ao núcleo, à secretária ou secretário de educação.

O projeto de lei vem de encontro à uma demanda de cada local, uma peculiaridade de cada local. Então, queria fazer uma solicitação à Vossa Excelência, deputado Rossoni, para que votasse favorável ao projeto de lei. Evidentemente que o governo ficaria constrangido, ou a secretaria, de não ter tido esta idéia anteriormente. Mas, foi um debate produzido internamente na nossa Comissão de Educação, diante daquelas notícias de que crianças entravam para dentro das escolas com armas e tal. Nós aprofundamos esta discussão. É um aprofundamento não só do ponto de vista policial. É um aprofundamento do ponto de vista filosófico, inclusive. E um instrumento jurídico em que o diretor da escola terá em suas mãos para acionar os mecanismos comunitários de proteção e de apoio a não violência nas escolas.

Então, é uma solicitação à bancada, aos deputados, para que sejam sensíveis ao projeto, que esta Casa produz idéias, coloca no papel, tem boas idéias, tem condições de dar certo, é só implementar, cada escola tem uma situação peculiar, diferenciada. Não é uma diretriz de cima baixo. Ela nasce de baixo para cima, mas com apoio e estrutura legal. Queria pedir o apoio dos senhores deputados para este projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Continua em votação o projeto. Para Encaminhar, com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Para Encaminhar)

Nós participamos conjuntamente com o deputado Irineu Colombo em algumas das reuniões nas quais foram expostos o pensamento dos senhores professores e

principalmente a participação da comunidade na prevenção de combate à violência nas escolas da rede pública.

Acredito que o ilustre Líder do Governo revendo sua posição e dando uma orientação adversa a este posicionamento inicial, nada vem a penalizar a Secretaria de Educação, ao governo do Estado do Paraná e se somar eu acredito que o deputado Valdir Rossoni, dano o reverso nesta sua iniciada de contra-oposição ao deputado Irineu Colombo, nada mais fará do que dar a oportunidade à comunidade inteira que conjuntamente com a Secretaria de Educação e o governo do Estado irá fazer o bem para as crianças, para a Associação dos Pais e Mestres e para a comunidade de um modo geral.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Continua em votação o projeto.

Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 503/99, de autoria do deputado Tony Garcia, dispõe sobre o Calendário Escolar da Rede Pública e Privada do Ensino de 1º e 2º Graus do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DE PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. À EMENDA DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de nº 02, de autoria do senhor deputado Tony Garcia, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 02 PROJETO DE LEI Nº 503/99

O Art. 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica o Calendário Escolar da Rede Pública e Privada do Ensino de 1º e 2º Graus no Estado do Paraná, com início do Ano Letivo no dia 20 de fevereiro e encerramento no dia 21 de dezembro, conforme o § 2º do art. 23, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º - A carga horária mínima será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar, respeitadas as autonomies de cada estabelecimento de ensino.

§ 2º - Deverão ser respeitados na elaboração dos calendários, os dias das férias dos professores no mês de julho, conforme acordo com a ASPP - Sindicato.”

Sala das Sessões, em 08.08.2000.

(a) TONY GARCIA

Apoioamento:

Fernando Ribas Carli, Nelson Garcia, Cesar Seleme, Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

O interesse da Lei nº 9.394, de 2 de dezembro de 2000, é flexibilizar ao máximo o desenvolvimento da

educação básica e média (Ensino de 1º e 2º Graus), desde o seu aspecto de organização em séries anuais ou períodos semestrais, como também em ciclos, por alternância de períodos de estudos, por grupos não seriados.

Os artigos 22 a 28 das Disposições Gerais da citada lei, referem-se à essas aberturas para a organização de formas de funcionamentos, passando pela liberdade de elaboração dos calendários escolares, respeitando-se; os aspectos de clima, os de ordem social e até os aspectos relacionados com a zona rural, no que se refere à diversificação da lavoura e seu tempo de plantio e colheita.

Sobre os calendários escolares, é mantido o que já permitia a Lei anterior, admitindo-se o planejamento das atividades letivas em períodos que independem do ano civil, recomendando-se, sempre que possível, o atendimento das conveniências de ordem climática, econômica ou outras que justifiquem a medida, sem que haja redução da carga de 800 (oitocentas) horas anuais e o espaço de 200 dias letivos.

Desta forma, considerando-se o § 2º do artigo 23, da Lei 9.394/96, onde diz: “O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas e previsto nesta Lei”, não vemos qualquer impossibilidade de serem atendidas as reivindicações do comércio que depende do turismo, nas regiões do litoral e costa oeste - principalmente - estendendo-se por mais alguns dias as férias escolares, possibilitando a permanência de centenas de famílias em gozo de férias e aumentando, não só a renda do comércio, como, também, a arrecadação do ICMS do Estado.

A própria senhora secretária de Estado da Educação, recebeu um ofício das Associações Comerciais, Industriais e Agrícolas do litoral do Paraná, no dia 22 de outubro de 1999, que reunidas em Morretes, solicitavam a fixação deste limite para beneficiar aqueles e aumentar a arrecadação do Estado do Paraná.

Em anexo, apresentamos cópias dos documentos apresentados pelas entidades de classes acima citadas, com as suas respectivas justificativas.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres colegas na aprovação do Projeto de Lei 503/99, e sua respectiva emenda.

O Projeto retorna à C.C.J..

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 622/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Rio Branco do Sul. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., S.P. E C.D.H.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública, a carreira de perito odontologista e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., S.P. E C.S.P..

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de nº 01, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 101/2000

A presente Emenda suprime os artigos 2º e 3º da redação original do Projeto de Lei nº 101/2000, renumerando o artigo 4º como artigo 2º, conforme redação a seguir:

“Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Sessões, em 08.08.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Ricardo Chab, Ademar Traiano, Antonio Baratter, Cesar Seleme.

JUSTIFICATIVA:

A proposição de emenda faz-se necessária tendo em vista que os artigos suprimidos, tratam de providências de natureza administrativa, cuja competência é do Poder Executivo.

Já a supressão da expressão “revogadas as disposições em contrário”, justifica-se para efeito de adequar o projeto de lei, à técnica legislativa ditada pela Lei Complementar 95, de 25 de fevereiro de 1998, que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

O Projeto retorna à C.C.J..

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 187/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio, declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Arquivo Público do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 196/2000, de autoria do deputado Chico Noroeste, declara de Utilidade Pública o Núcleo Sagrada Família Paróquia São João Batista com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 103/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que dispõe sobre a publicação nos classificados, dos jornais locais, de advertência quanto a exploração sexual e maus tratos contra crianças e adolescentes. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 16, de 17.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 103/99

P A R E C E R :**Relatório**

O projeto de lei em epígrafe de autoria do deputado Irineu Colombo, tem por finalidade dispor sobre a publicação nos classificados, dos jornais locais, de advertência quanto a exploração sexual e maus tratos contra crianças e adolescentes.

Fundamentação

A presente matéria tem por objetivo alertar aos leitores de jornais, de que a exploração sexual e maus tratos de crianças e adolescentes é considerado crime.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental, constatamos que não existe qualquer óbice quanto a tramitação da referida matéria nesta Casa de Leis.

Conclusão

Diante do exposto, manifestamos nosso Parecer Favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 105/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que proíbe a veiculação através dos periódicos do Paraná de classificados, conforme especifica. (Mensagens ou propaganda de empresas que ofereçam serviços de massagens, saunas, acompanhantes, garotas de programa, de telefones afins eróticos e outras atividades congêneres). **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 16, de 17.03.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 105/99

P A R E C E R :**Relatório**

De autoria do deputado Irineu Colombo, o presente projeto de lei tem como objetivo que proibir a veiculação através dos periódicos do Paraná de classificados, mensagens ou propaganda de empresas que ofereçam serviços de massagens, saunas, acompanhantes, garotas de programa, de telefones para fins eróticos e outras atividades congêneres.

Fundamentação

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, não encontrou nenhum óbice para a tramitação deste projeto de lei nesta Casa.

Conclusão

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 09.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 471/99, de autoria do deputado Caíto Quintana, que isenta de pedágio os veículos transportadores de insumos agrícolas. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.A.I.C.. (Publ. no D.A. nº 115, de 15.09.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 471/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre deputado Caíto Quintana, que tem por finalidade isentar de pedágio os veículos transportadores de insumos agrícolas.

Procedida análise legal da matéria, verificamos que constitucionalmente nada obsta a tramitação do referido projeto de lei, pelo que somos de Parecer Favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 23.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 471/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Caíto Quintana, que visa isentar de pedágio os veículos transportadores de insumos agrícolas. Da análise realizada observa-se que o pedágio incide em cerca de 17,2% do valor do frete, encarecendo da mesma forma diretamente o consumo de produtos alimentícios.

É tarefa do Poder Público exercer sua função em benefício da maioria, buscando a justiça social.

Tendo já recebido Parecer Favorável na Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 03.03.2000

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
BETO RICHA - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA
E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 471/99

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Caíto Quintana, tem por objetivo isentar de pedágio os veículos transportadores de insumos agrícolas.

Fundamentação

Cabe destacar que os insumos agrícolas, assim como as safras, são transportados por caminhões. Os quais pagam pelo número de eixos vezes a tarifa cobrada pelo pedágio. Ônus, que chega, na maioria das vezes, a um custo demasiado para o contribuinte.

É evidente que tais percentuais incidem diretamente no custo final do produto agrícola, elevando-o no mercado interno. Posto isto, diminui a competitividade no mercado externo, uma vez que as cotações desses produtos são reguladas pelo mercado internacional.

Os efeitos destas cobranças refletem diretamente no empobrecimento da classe produtora, refletindo, desse modo, na economia paranaense.

Conclusão

Isto posto, somos de Parecer Favorável ao Projeto de Lei nº 471/98, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24.05.2000.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

DIVANIR BRAZ PALMA - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 471/99.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 195/2000, de autoria do deputado Miltinho Puppio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Cândido de Abreu, o imóvel que especifica, situado neste município. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.I.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 076, de 13.06.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 195/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Miltinho Puppio, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Cândido de Abreu, o imóvel que especifica, situado neste município.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.06.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 195/2000**P A R E C E R :**

Foi encaminhado para parecer desta Comissão, o Projeto de Lei nº 195/2000, de autoria do deputado estadual Miltinho Puppio, que autoriza o Poder Executivo a doar, ao município de Cândido de Abreu, o imóvel com área de 7320 m², pertencente a Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha (Secretaria da Saúde).

Segundo entendimento desta Comissão, o presente projeto de lei é oportuno, sendo nosso Parecer Favorável para sua tramitação nesta Casa de Leis.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 03.08.2000.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

IRINEU COLOMBO - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 054/2000, de autoria do deputado Nereu Moura. Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de Catanduvas. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 013, de 13.03.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 054/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nereu Moura, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran) no município de Catanduvas.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 11.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 054/2000

P A R E C E R :**Relatório**

De autoria do senhor deputado Nereu Moura, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no Município de Catanduvas.

Fundamentação

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que a presente proposição tem como

objetivo melhorar a prestação de serviços por parte do Estado no referido município.

Conclusão

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.2000.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

TIAGO AMORIM NOVAES - Relator

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor Presidente, eu estava viajando esses últimos dias e sei que as contas do Paranácidade devem estar próximas ou já programados para vir a Plenário, eu quero requerer a Vossa Excelência que determine ao relator ou alguém que possa me informar sobre o assunto, porque pode vir à votação nos próximos dias e eu ainda não tomei conhecimento de absolutamente nada.

Então, requero a Vossa Excelência que determine quais os documentos, para que possamos discutir e analisar as contas do Paranácidade, o conteúdo do mesmo para que eu possa ter conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Claro que as contas passaram pelas Comissões respectivas. Há um requerimento em torno disto e vamos levar aqui a votação ainda nesta sessão, mas posso afixar a Vossa Excelência que, como o próprio secretário da Pasta por aqui passou, colocando-se numa reunião, inclusive, à disposição para toda e qualquer dúvida que possa eventualmente surgir e nós gostaríamos de que realmente as dúvidas de Vossa Excelência fossem esclarecidas.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu mesmo não me considero tecnicamente capaz de analisar as contas do movimento da administração da secretaria, por isso preciso me socorrer da minha equipe técnica. Por isso, espero receber esses documentos, para que possamos fazer uma análise assessorado pela equipe técnica.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Requerimento nº 1448, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Deferido.**

A Mesa defere o pedido e não há necessidade de se colocar em votação.

Requerimento nº 1458, de autoria dos senhores deputados Antonio Annibelli, Edson Strapasson, Ademir Bier e demais senhores deputados, constantes do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1447, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1449 e 1450, de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1451 e 1453, de autoria do senhor Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1452, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1455, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1456 e 1457, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1460 e 1461, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1462, de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1463 e 1464, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1466, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1467, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1468, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento nº 1430, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria que Vossa Excelência registrasse o voto da oposição contrária a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 095, 154, 155 e 180/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 103, 105, 195 e 054/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 007, 447, 470/99, 055 e 220/2000.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANNIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 08 DE AGOSTO DE 2000.

“Voto não tem preço”

Jornal Dinâmico
Padre Ademir da Guia

“EDITORIAL

O Voto não tem preço.
O voto tem conseqüências!
Lei 9840/99
Basta de Corrupção!

Estamos acompanhando as campanhas eleitorais em nossas cidades, para os cargos de prefeitos e vereadores. Mais uma vez a sociedade brasileira na pessoa de cada cidadão é chamado a exercer o seu direito de voto e de cidadania. Todos nós, eleitores sonhamos e desejamos, uma campanha eleitoral limpa, democrática, sem violência, sem coação, sem ameaças e acima de tudo, sem corrupção. Todos sabemos que a Política é a arte do bem comum. Buscar o interesse de toda a sociedade é vital na arte de governar.

Basta de corrupção! O nosso povo brasileiro está cansado de ver nos jornais, na televisão e no seu dia-a-dia, tanta corrupção e impunidade. Quando se fala em política, muitos têm aversão e nem gostam de falar do assunto. Alguns acham a política suja, por causa da maneira de muitos políticos agirem. Mas quando isto vai mudar? O poder do voto é que coloca o poder nas mãos daquele que você escolherá para cuidar da nossa cidade. O voto não tem preço, não troque o teu voto pela corrupção, pelos interesses particulares e alguns privilégios. Não se venda, porque se você assim o fizer então você estará contribuindo para um país e uma cidade, marcados pela corrupção.

A Lei 9840, de 28 de setembro de 1999 veio trazer ao cidadão brasileiro, o direito a uma campanha eleitoral mais limpa e mais honesta. Agora, compra e venda de votos, são considerados crimes, com punições que vão de multa à cassação da candidatura de quem considerado infrator. Cabe ao poder público,

às autoridades e a cada cidadão, garantir a correta aplicação da lei, em nome da moralidade e do respeito à cidadania.

Queremos candidatos que não sejam “compradores” de voto, mas que apresentem propostas de trabalho. O nosso povo quer projetos para geração de empregos; projetos de moradia e saúde pública; quer melhoria na educação escolar dos filhos e incentivo aos universitários; o nosso povo quer mais segurança pública e áreas de lazer. Os agricultores, boiadeiros e fazendeiros, não precisam somente de discursos em ano eleitoral; precisam de pessoas que se interessem por eles e executem algum projeto de incentivo aos produtores rurais. Caríssimos candidatos: não queremos presentes em troca de voto, queremos um país e cidades, mais justas e humanas, onde todos tem valor como pessoa e onde seus direitos são respeitados. O voto deve ser livre, secreto, consciente e democrático. Ninguém deve ser coagido ou obrigado a votar em quem quer que seja. O maior valor do voto é o bem comum da sociedade da qual você faz parte.

A Lei 9840 trouxe duas grandes novidades:

1) A punição pela compra de votos - possibilita a cassação do registro do candidato.

2) Para quem usar a máquina administrativa em benefício de candidatos, a Lei prevê multa e cassação do registro do candidato, inclusive durante o processo eleitoral. É muito forte a tendência a usarem os bens e serviços das prefeituras, para se elegerem uso da “máquina administrativa”.

No fundo, queremos mais honestidade. Você teria coragem de colocar o governo de uma cidade nas mãos de pessoas que usam de desonestidade para se eleger?

O que fazer com irregularidades já cometidas?

Devemos acompanhar, registrar e recolher provas quando isso já estiver acontecendo. A Lei 9.840 pode ser aplicada desde o registro de candidatura pelo Tribunal de Justiça Eleitoral até o dia da eleição. Com provas, denunciar os candidatos que usam de má fé e violam a Lei 9840 à Justiça Eleitoral.

Caro leitor e eleitor, nós queremos uma nova sociedade, onde reinem a justiça, a paz e a fraternidade. Não vamos esquecer as palavras que Jesus Cristo dirige aos cristãos de todos os tempos:

“Vós sois o sal da terra e a luz do mundo”. A luz do bem e da justiça, também devem se manifestar no mundo da política, e nós cristãos devemos colaborar para que isto aconteça.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais,

R E S O L V E :**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 128/2000**

Art. 1º - São beneficiários do Vale-Transporte, nos termos da Resolução nº 01/2000, de 13 de abril de 2000, os servidores e funcionários do Poder Legislativo com, remuneração não superior a R\$1.000,00 (hum mil reais).

Art. 2º - O Vale-Transporte constitui benefício que a Assembléia Legislativa do Estado antecipará ao servidor para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa.

Art. 3º - O Vale-Transporte não tem natureza salarial, nem se incorpora à remuneração do beneficiário para quaisquer efeito; não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e não configura rendimento tributário do beneficiário.

Art. 4º - A quantia relativa ao Vale-Transporte, a ser depositada na conta corrente do beneficiário, será o equivalente a 40 (quarenta) passagens de transporte coletivo urbano do município de Curitiba.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16.05.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 205/2000

Art. 1º - A gratificação pelo exercício de encargos especiais, de que tratam os artigos 172, inciso VIII e 178, ambos da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, poderá ser concedida a ocupantes de cargos de provimento em comissão do Poder Legislativo, nos valores constantes da tabela anexa ao presente Ato.

Art. 2º - A vantagem de que cuida o artigo anterior, concedida a partir da data da publicação deste Ato, é inacumulável com as gratificações pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva e pela prestação de serviços extraordinários referidas no artigo 172, da Lei nº 6.174/70.

Art. 3º - O servidor que, por qualquer motivo, vier a prestar serviços fora do âmbito do Poder Legislativo, deixará de perceber a gratificação regulamentada por este Ato.

Art. 4º - Os valores percebidos em razão do disposto neste Ato não são incorporáveis para nenhum

efeito, nem poderão servir de cálculo para concessão de quaisquer vantagens.

Art. 5º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 30 de junho de 2000, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.06.2000.

**TABELA ANEXA AO
ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 205/2000**

| CARGO/SÍMBOLO | VALOR DO ENCARGO |
|---------------|------------------|
| DAS-1 | 2.661,24 |
| DAS-2 | 2.349,55 |
| DAS-3 | 2.192,09 |
| DAS-4 | 1.879,39 |
| DAS-5 | 1.721,82 |
| 1-C | 850,33 |
| 2-C | 785,32 |
| 3-C | 724,93 |
| 4-C | 669,60 |
| 5-C | 627,51 |
| 6-C | 588,07 |

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 223/2000

Art. 1º - A prestação de serviço extraordinário e em regime de tempo integral e dedicação exclusiva dos servidores do Regime Jurídico Único, da Secretaria desta Assembléia Legislativa, fica subordinada às regras deste Ato.

Art. 2º - Cabe a Comissão Executiva autorizar, sob proposta da Diretoria Geral, a prestação de serviço extraordinário e em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

Art. 3º - O regime de serviço extraordinário obriga à prestação de um mínimo de vinte horas de serviços semanais, e o tempo integral e dedicação exclusiva à um mínimo de quarenta horas semanais.

Art. 4º - Para a inclusão no regime de tempo integral e dedicação exclusiva, o servidor deverá assinar compromisso de não exercer qualquer outra atividade remunerada, seja ela de natureza pública ou privada.

Art. 5º - O servidor em regime de serviço extraordinário fará jus a uma gratificação equivalente a

até cinquenta por cento de seu vencimento, não podendo ultrapassar a importância de R\$300,00 (trezentos reais).

Art. 6º - O servidor em regime de tempo integral e dedicação exclusiva fará jus a uma gratificação equivalente a até setenta e cinco por cento de seu vencimento, não ultrapassando a importância de R\$300,00 (trezentos reais).

Art. 7º - O servidor que, por qualquer motivo, vier a prestar serviços fora do âmbito do Poder Legislativo, deixará de perceber a gratificação regulamentada por este Ato.

Art. 8º - Aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), deste Poder Legislativo, será concedido uma gratificação em forma de abono, não ultrapassando o que dispõe nos Arts. 6º e 7º, deste Ato.

Art. 9º - A autorização de que trata o Art. 2º, deste Ato será sempre deferida a título precário, podendo ser revogada a qualquer tempo pela Comissão Executiva.

Art. 10 - Este Ato entrará em vigor a partir de 30 de junho de 2000, revogadas as disposições em contrário.
Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.07.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 240/2000

conceder, a Ovídio Lacerda Ferreira, matrícula nº 40107, funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Médico, Nível E-07, lotado na Coordenadoria de Serviço Médico, nos termos do parágrafo único do art. 247 da Lei de nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997.

(Prot. nº 2731/2000)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 241/2000

conceder, a Stela Alva Costa Portela, matrícula nº 40505, funcionária desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Psicóloga, nível E-07, lotada na Coordenadoria de Serviço Médico, nos termos do parágrafo único, do art. 247, da lei de nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997.

(Prot. nº 2736/2000)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.07.2000

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário

AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 94/2000

conceder, licença para tratamento de saúde, da servidora deste Poder Legislativo, Marcia Borio Wojtunik, de qua-

renta e cinco dias (45) a partir de 10 de julho de 2000.

(Prot. nº 6072/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 19.07.2000.

PORTARIA Nº 95/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de Francisco Ricardo Neto, matrícula nº 40113, funcionário deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Dentista nível E-07, lotado na Coordenadoria de Serviço Médico Odontológico, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o art. 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 4091/2000)

PORTARIA Nº 96/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de Aglair do Rocio Brusamolin, matrícula nº 40339, funcionária deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Pedagoga N-04, lotada na Diretoria Administrativa, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o art. 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 4090/2000)

PORTARIA Nº 97/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de LAUDELINA DOS SANTOS, matrícula nº 40344, funcionária deste Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de agente administrativo N-61, lotada na Coordenadoria de Serviços Especiais, Cantina, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período de 21 de dezembro de 1992 e

21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 3968/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.07.2000.

PORTARIA Nº 106/2000

constituir, Comissão encarregada de coordenar as homenagens póstumas do Poder Legislativo à memória do ex-deputado ANIBAL KHURY, a terem lugar no mês de agosto corrente. Sendo integrada pelos servidores... ABIB MIGUEL, diretor geral; IVO DE ÂNGELIS, Presidência; LUCIANO LACERDA, primeira Secretária; AYRTON COSTA LOYOLA, Procuradoria; RAFAEL DE LALA, Diretoria de Serviços Especiais; CHRISTIANE SCHEIDT, cerimonial; LAURA SICCA, divulgação; MARIELA FONTOURA, Arquiteta; e funcionará sob a Presidência do primeiro, tendo como secretária executiva a servidora JUZELE CÁSSIA BITTENCOURT, da DSE.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31.07.2000.

PORTARIA Nº 98/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de NEUSA CARDOSO, matrícula nº 40329, funcionária desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de agente administrativo N-61, lotada no Setor de arquivo, da Diretoria Administrativa, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período de 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 3965/2000)

PORTARIA Nº 99/2000

conceder, licença para tratamento de saúde, da servidora deste Poder Legislativo, ALZEMIRA NHOATTO CANDEU, perícia médica e comprovação diagnóstica, sendo indicado aposentadoria por doença incapacidade para o trabalho, a partir de 21 de junho de 2000. (CID.10.I.10+I.25.0+j.44.9).

(Prot. nº 5815/2000)

PORTARIA Nº 100/2000

conceder, licença para tratamento de saúde, da servidora deste Poder Legislativo, MARIA ELIZABETE H. CAMATI, de trinta (30) dias, a partir de 20 de junho de 2000 a 20 de julho de 2000. CID.J.84.

(Prot. nº 6405/2000)

PORTARIA Nº 101/2000

conceder, licença para tratamento de saúde, da servidora deste Poder Legislativo, MARIA ELIZABETE H. CAMATI, de trinta (30) dias, a partir de 20 de julho de 2000. CID.J.84.

(Prot. nº 6404/2000)

PORTARIA Nº 102/2000

conceder, licença para tratamento de saúde, da servidora deste Poder Legislativo, JOYNE SCHUHLLI, de quinze (15) dias, a partir de 13 de julho de 2000. CID.N.85.2.

(Prot. nº 6406/2000)

PORTARIA Nº 103/2000

conceder, licença para tratamento de saúde, da servidora deste Poder Legislativo, Jamile Mohammad Cardoso, Perícia Médica; comprovação, diagnóstica e indicação de retorno ao trabalho, a partir de 01.08.2000, CID M.47-9 (artrose de coluna) K.44.9.

(Prot. nº 6757/2000)

PORTARIA Nº 104/2000

conceder, licença para tratamento de saúde, do servidor deste Poder Legislativo, Alexandre Z. Celinski, de trinta dias (30) a partir de 29 de julho de 2000 CID.K.21.

(Prot. nº 6755/2000)

PORTARIA Nº 105/2000

conceder, licença para tratamento de saúde, da servidora deste Poder Legislativo, Joyne Schuhli, de quinze dias (15) a partir de 28 de julho de 2000. CID. N.85.2.

(Prot. nº 6756/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 08.08.2000.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral